

Luiz Antônio da Silva (org.)

A LÍNGUA QUE FALAMOS

Português: história, variação e discurso

3ª reimpressão

Vanessa Fonseca Bordin



EDITORA
GLOBO

DISCURSO ALHEIO: APREENSÃO E POLIFONIA

Sheila Vieira de Camargo Grillo

A transmissão e o exame dos discursos de outrem, das palavras de outrem, é um dos temas mais divulgados e essenciais da fala humana. Em todos os domínios da vida e da criação ideológica, nossa fala contém em abundância palavras de outrem, transmitidas com todos os graus variáveis de precisão e imparcialidade.

MIKHAIL BAKHTIN

O PRESTÍGIO E A DIVULGAÇÃO dos trabalhos do chamado círculo de Bakhtin junto ao contexto acadêmico ocidental estão entre as mais importantes referências para as abordagens contemporâneas do discurso e/ou da enunciação. As noções de dialogismo e de polifonia influenciaram as concepções de teóricos da linguagem, que passaram a estudar o discurso como fenômeno constituído,^o em sua essência, por diferentes enunciações, vozes e posições ideológicas, em suma, pela polifonia.

Na esteira dessas reflexões, tenho me dedicado ao estudo de corpora da mídia impressa brasileira,¹ tratando de seus diversos gêneros, das formas de inscrição do discurso alheio e das relações entre condições de produção e enunciado para a descrição e a compreensão dos mecanismos discursivos de produção de efeitos de sentido. Neste artigo, busco sistematizar a descrição de algumas formas de transmissão do discurso alheio em português e, para tanto, selecionei textos do gênero reportagem das áreas política e econômica de importantes jornais brasileiros. A abordagem desses textos aceita o desafio proposto por duas questões do artigo de Brait (2003), a saber: Qual deve ser a perspectiva adotada por analistas do discurso para descrever a polifonia nas formas de discurso relatado? Como compreender a constituição polifônica de gêneros do jornal impresso?

Cabe à análise do discurso, com sua capacidade interdisciplinar, localizar os recursos lingüísticos e não-lingüísticos de combinação e transmissão das vozes discursivas, que certamente não podem ser delimitadas unicamente pelo discurso direto, indireto e indireto livre, ou pelas palavras colocadas entre aspas. [...] É necessário observar no conjunto do enunciado, do discurso, de que forma a confluência das vozes significa muito mais uma interpretação do discurso alheio, ou a manipulação na direção da argumentação autoritária, ou mesmo a apropriação e subversão desse discurso (Brait, 2003, p. 25).

Da mesma forma, e considerando a atitude dialógica exigida pelo discurso a partir das sugestões bakhtinianas, nada impede que, ao

1. GRILLO, S. V. C. *A produção do real em gêneros do jornal impresso*. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2004.

folhear um jornal hoje, o leitor percebe que o mesmo tema se multiplica em diferentes vozes (manchete da primeira página, editorial da segunda, charge, reportagem etc.). A essa percepção pode também corresponder uma pergunta: "Essa polifonia enunciativa revela um democrático processo dialógico ou unicamente uma cacofonia polienunciativa?" (Brait, 2003, p. 26).

O primeiro fragmento aponta para um procedimento teórico-metodológico de análise — inspirado nas idéias de Bakhtin — e o segundo, para hipóteses sobre o modo de inscrição da polifonia no jornal impresso. No primeiro caso, aponta-se para a necessária descrição, entre outras, das formas de transmissão do discurso alheio na inter-relação com o contexto incorporador e articulador das vozes alheias. A segunda questão coloca o problema de, a partir dos resultados de análise, arriscar a interpretar a representação discursiva do debate democrático em uma de suas instâncias de constituição e de divulgação, o jornal impresso.

Para responder a essas questões, percorrerei um caminho que busca conciliar a preocupação didática em expor conceitos e a metodologia de análise, com o propósito acadêmico de avançar na compreensão do fenômeno. Esses dois objetivos estão na base da seguinte estrutura do artigo: a apresentação de capítulos de gramáticas do português que abordam o discurso relatado, a apresentação de formas não descritas pelas gramáticas, o enfoque bakhtiniano sobre a transmissão do discurso alheio, e a descrição e análise de gêneros discursivos da imprensa brasileira.

O QUE DIZEM NOSSAS GRAMÁTICAS

As gramáticas da língua portuguesa apresentam uma tradição no tratamento dado às formas marcadas² de transmissão do discurso alheio. Devido ao prestígio desses manuais junto à comunidade escolar e à sociedade em geral, eles se constituem em fonte de referência e, por consequência, em ponto de partida para a compreensão corrente sobre a natureza, as funções e as formas do discurso relatado.³

As gramáticas consultadas seguem um padrão comum. Em primeiro lugar, o discurso relatado está sempre associado ao discurso literário, como forma de o narrador dar a conhecer pensamentos ou falas de seus personagens de ficção:

[...] a transmissão ou referência que o narrador faz da fala ou do pensamento das personagens. O discurso pode ser direto ou indireto (Cegalla, 1970, p. 464).

Para dar-nos a conhecer os pensamentos e as palavras de personagens reais ou fictícios, dispõe o narrador de três moldes lingüísticos diversos, conhecidos pelos nomes de:

discurso (ou estilo) direto;

discurso (ou estilo) indireto;

discurso (ou estilo) indireto livre. (Cunha & Cintra, 1985, p. 617).

Para fazer-nos conhecer, no curso de uma narrativa, palavras ou pensamentos de outrem, dispõe a técnica da redação de três processos típicos (Rocha Lima, 1992, p. 493).

2. A expressão "formas marcadas" deriva do trabalho de Authier-Revuz (1982) e foi utilizada com o propósito de mostrar que a polifonia — palavras e discursos alheios — é constitutiva de todo discurso e não apenas das formas de discurso relatado, descritas neste artigo.

3. Na literatura sobre heterogeneidade enunciativa, podemos encontrar as designações discurso citado, discurso reportado e discurso relatado.

Embora Cunha e Cintra falem de personagens reais ou fictícios, os três gramáticos tratam do discurso relatado em seções dedicadas à literatura, à estilística ou à poética. Nessas seções, as formas de representação do discurso relatado se resumem às três mencionadas nos excertos acima, a saber: discurso direto, indireto e indireto livre.

Em segundo lugar, a descrição dessas três formas segue uma abordagem semelhante nas gramáticas, que será sintetizada na seqüência.

No discurso (ou estilo) direto, o narrador cede a palavra à(s) personagem(ns), reproduzindo seu estilo e conteúdo. Para isso, a personagem/enunciador é identificada e sua fala é, normalmente, caracterizada por meio dos verbos de elocução — também chamados de declarativo ou *dicendi* (falar, dizer, responder, argumentar etc.) — e de recursos gráficos como as aspas e o travessão. A estrutura sintática é justapositiva:

(1) "Deu tudo certo", Cakoff disse aliviado no fim da reunião para discutir o prêmio da crítica, ontem de manhã (OESP, 30/10/2003, D5).

No discurso (ou estilo) indireto, o narrador incorpora a fala de uma personagem, a fim de transmitir seu conteúdo e não a forma lingüística que a caracteriza. Ele é marcado pela presença de um verbo *dicendi* ao qual se liga uma oração subordinada substantiva:

(2) No fim da reunião para discutir o prêmio da crítica, ontem de manhã, Cakoff disse aliviado que tinha dado tudo certo.

No discurso (ou estilo) indireto livre, os limites entre os discursos do narrador e da personagem são atenuados, por meio da presença de dois períodos, das transposições características do discurso indireto (pretérito imperfeito no lugar do presente, terceira

pessoa no lugar da primeira etc.) e da conservação de interrogações, exclamações, palavras e frases proferidas pela personagem. Estão ausentes o verbo *dicendi* e a ligação subordinativa.

(3) *Tinha dado tudo certo! Cakoff respirou aliviado no fim da reunião para discutir o prêmio da crítica, ontem de manhã.*

Após essa síntese, aponto algumas limitações na abordagem. Primeiramente, o discurso relatado não se restringe às narrativas literárias, como dão a entender as gramáticas. Os gêneros textuais da mídia impressa, as conversações face a face, os artigos científicos — para citar apenas alguns — estão repletos das mais variadas combinações de apreensão e de transmissão do discurso alheio. Embora as gramáticas normativas privilegiem a descrição do português-padrão na sua modalidade escrita, tomando os clássicos da literatura como paradigmas dessa variante, não é adequado apresentar o discurso relatado como uma forma característica da esfera literária. Segundo, não se aborda o fato de o discurso relatado constituir-se em um outro ato de enunciação, o que traz implicações para a dêixis enunciativa (pessoa, tempo e lugar). Em terceiro lugar, falta uma reflexão sobre os modos de diálogo entre o contexto transmissor e o discurso relatado. Por fim, as três formas apresentadas não compreendem a totalidade das possibilidades oferecidas pela língua portuguesa, como veremos na seção a seguir.

OUTRAS FORMAS DE RELATO DO DISCURSO ALHEIO

O teórico da literatura francês Gerard Genette (1972) descreve uma forma de discurso relatado não descrita pelas nossas gramáticas, mas fortemente presente em textos da imprensa brasileira, a saber: o dis-

curso narrativizado. Nele, as fronteiras entre o discurso do narrador e das personagens são quase imperceptíveis, uma vez que essa forma tende a igualar o relato de fala a um relato de acontecimento: "um discurso 'narrativizado', isto é, tratado como um acontecimento entre outros e assumido como tal pelo narrador mesmo" (p. 190).

(4) *No fim da reunião para discutir o prêmio da crítica, ontem de manhã, Cakoff disse aliviado ter dado tudo certo.*

O discurso narrativizado costuma ser descrito como variante do discurso indireto. Optei por tratá-lo como forma distinta, assim como Genette, por entender que a mudança sintática — a eliminação da oração subordinada substantiva em favor das formas reduzidas de infinitivo e mesmo da nominalização — manifesta um processo de incorporação do discurso alheio pelo contexto transmissor de forma mais estreita que o do discurso indireto.

Authier-Revuz (1998) acrescenta três formas: o discurso direto livre, a modalização em discurso segundo e as ilhotas textuais. O primeiro se assemelha, em termos formais, ao discurso indireto livre, exceto pela ausência das transposições enunciativas características deste.

(5) *Deu tudo certo! Cakoff disse aliviado no fim da reunião para discutir o prêmio da crítica, ontem de manhã.*

A modalização em discurso segundo é uma forma de representação do discurso alheio que, fazendo uso de expressões como "segundo", "de acordo", "conforme" e "para", inscrevem-se em um paradigma de elementos modalizadores diversos (obviamente, provavelmente, é certo, talvez etc.), no interior dos quais sua especificidade é modalizar ou comentar a própria fala ao proferi-la pelo envio a um outro discurso.

modalização

(6) Segundo Cakoff, deu tudo certo na reunião para discutir o prêmio da crítica.

Obviamente, deu tudo certo na reunião para discutir o prêmio da crítica. Provavelmente, deu tudo certo na reunião para discutir o prêmio da crítica.

Por fim, as ilhotas textuais são elementos do discurso relatado que resistem, na sua literalidade, à operação de reformulação-tradução do discurso relatante.

ilhotas textuais

(7) Depois de muito suspense, o presidente argentino, Néstor Kirchner, apareceu para a festa e não fez a cara de cão feroz que havia prometido seu ministro de Relações Exteriores, Rafael Bielsa. Não latiu, nem rosnou, mas insistiu em dizer que os benefícios "não podem ter uma só direção" (presumivelmente o Brasil) e cobrou mecanismos para eliminar as "assimetrias" do bloco (OESP, 18/12/2004, A3 – grifos meus).

(8) Segundo próceres petistas, o governo Lula "jogará tudo" para fazer do atual vice-presidente do BID para Orçamento e Administração, João Sayad, o sucessor de Iglesias (OESP, 19/12/2004, A15 – grifos meus).

Inseridas em um quadro geral de discurso indireto ("insistiu em dizer que")⁴ ou de modalização em discurso segundo ("Segundo próceres petistas"), as expressões entre aspas, diferentemente da estrutura apositiva do discurso direto, estão integradas à sintaxe do discurso relatante e funcionam como uma marca de citação de fragmentos do discurso alheio, que são entendidos como elementos indispensáveis à apropriação de um outro ato de enunciação (Authier-Revuz, 2004).

4. Veremos, mais adiante, que Bakhtin (1929) classifica essas formas como "discurso indireto analisador da expressão".

POLIFONIA E DISCURSO RELATADO

O estudo das formas de discurso relatado é tributário, por um lado, de uma tradição gramatical de descrição das formas da língua, como vimos no item anterior, e, por outro, de uma tradição retórica, ligada à sua função autenticadora do discurso pela remissão às fontes.⁵ Sem negligenciar essas contribuições, meu enfoque se fundará nos princípios enunciativos bakhtinianos.

Nos escritos das décadas de 1920 e 1930,⁶ Bakhtin e Volochinov propõem os princípios de uma mudança de perspectiva na abordagem do discurso relatado, em sintonia com a sua concepção dialógica da linguagem. O dialogismo é formado por dois aspectos fundadores do discurso: seu caráter sociointerativo, isto é, a linguagem se constitui na interação entre sujeitos socialmente organizados, e sua constituição polifônica, pois as palavras dos sujeitos estão repletas de palavras dos outros discursos que as precederam. Esses dois aspectos fundamentam a metodologia bakhtiniana de análise do discurso relatado.

O discurso relatado ou citado⁷ é definido por Bakhtin e Volochinov como "o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação" (1992, p. 144). Com isso, os autores abordam dois aspectos: primeiro, o sentimento de independên-

discurso relatado

5. Piégay-Gros (1996) fala que, apesar de se constituir na forma emblemática da intertextualidade, essa função da citação foi responsável pela sua exclusão das formas de intertextualidade.

6. Refiro-me aos capítulos finais de *Marxismo e filosofia da linguagem* (1929) e ao capítulo "O discurso no romance" (1934-35) da tradução brasileira de *Questões de literatura e estética* (1993).

7. A expressão "discurso citado" é utilizada pela tradução brasileira de *Marxismo e filosofia da linguagem* (1992).

cia do discurso relatado em relação ao contexto transmissor; e, segundo, os procedimentos de apropriação e de transmissão do discurso alheio, e não suas formas de representação, ou seja, as diferentes formas caracterizam o diálogo estabelecido entre o contexto transmissor e o discurso alheio.

Maingueneau (2001, p. 137) descreve a independência do discurso relatado em dois tipos de operação:

- situar-se como fonte de referências enunciativas, ancorar o enunciado na situação de enunciação;
- posicionar-se como responsável pelo ato de fala realizado (asserção, pedido, ordem, pergunta etc.). Enunciar uma asserção, por exemplo, é apresentar seu enunciado como verdadeiro e garantir a sua veracidade.

A primeira operação compreende que as categorias da pessoa (eu, tu, você), de tempo (agora) e de lugar (aqui) podem ter referências distintas no contexto transmissor e no discurso relatado. Por exemplo:

João me disse em São Paulo há uma semana: Quero ir embora daqui amanhã.

A referência da primeira pessoa do contexto narrativo ("me") não é a mesma do discurso relatado ("Quero"). As referências temporal e espacial do contexto narrativo também são distintas das do discurso relatado. Temos, portanto, duas enunciações distintas.

A descrição das formas da língua é integrante da análise, na medida em que essas formas manifestam "as tendências sociais estáveis de apreensão ativa do discurso de outrem" (1992, p. 146) e não estratégias psicológicas individualizantes. Ao se analisar as formas da língua, considera-se o contexto social mais amplo, bem como os

campos de circulação da linguagem (publicidade, jornalismo, política, ciência, escola etc.) e seus respectivos gêneros discursivos (outdoor, anúncio publicitário, reportagem, editorial, discurso de palanque, artigo científico, capítulo de livro didático etc.). Portanto, a língua é compreendida como manifestação das relações sociais estáveis dos falantes, previstas nas instâncias sociais mencionadas.

Os campos e seus gêneros se constituem, entre outros, por finalidades específicas (narrativa, polêmica científica, processos legais, persuasão comercial etc.) e pelo estatuto atribuído ao co-enunciador do discurso (leitor de ficção, cientista, leigo, jurado, perfil socioeconômico do consumidor etc.). A orientação ao co-enunciador "reforça a influência das forças sociais organizadas sobre o modo de apreensão do discurso" (1992, p. 146).

As inter-relações entre contexto transmissor e discurso alheio são condicionadas pela posição que um discurso a ser citado ocupa na hierarquia social de valores. Bakhtin postula que a delimitação de fronteiras nítidas e o baixo grau de manifestação de réplica e comentário são sensíveis à presunção de "eminência hierárquica na enunciação de outrem" (1992, p. 153).

Num plano mais profundo e fundamental, o processo de apreensão do discurso alheio é concebido como constitutivo da própria subjetividade. Nos primeiros capítulos de *Marxismo e filosofia da linguagem* (1929), Bakhtin e Volochinov tratam da formação socioideológica da consciência do indivíduo que ocorre na interiorização dos signos ideológicos. Estes refletem e refratam as diferentes posições ideológicas constitutivas de uma formação social. Mas é no capítulo "O discurso no romance" (1934-35) que a formação do indivíduo se articula de forma ainda mais aprofundada ao processo de apreensão e de transmissão do discurso alheio.

Bakhtin e Volochinov (1929) concebem a apreensão do discurso alheio como um processo dialógico ativo do sujeito apreendedor.

Tal processo se opera em dois níveis organicamente articulados: a réplica interior e o comentário efetivo. Esses dois planos dão conta, respectivamente, da atitude responsiva interior ativa diante da palavra alheia e da resposta voltada para o co-enunciador, os quais se materializam "no contexto narrativo que engloba o discurso citado" (Bakhtin & Volochinov, 1992, p. 148).

No capítulo "O discurso no romance", Bakhtin postula que a palavra alheia se apresenta à consciência individual de duas formas: como palavra autoritária e como palavra persuasiva. A palavra autoritária está ligada ao "passado hierárquico" (dogma religioso, autoridade da ciência, cânon literário) e, em termos formais, exige isolamento — na escrita por meio de recursos gráficos como as aspas — e distanciamento. Ela também organiza em torno de si outras palavras para interpretá-la, aplicá-la ou exaltá-la. Na constituição ideológica do indivíduo, ela entra "como uma massa compacta e indivisível, é preciso confirmá-la por inteiro ou recusá-la na íntegra" (1993, p. 144).

A palavra interiormente persuasiva, devido à ausência de autoridade, permite matizes de interação entre o contexto transmissor e o discurso alheio e pertence à natureza inacabada do presente. Bakhtin argumenta que esse fenômeno manifesta o processo de constituição da consciência individual, que vai diferenciar as próprias palavras das alheias num momento relativamente tardio da sua constituição:

[...] para uma vida ideológica independente, a consciência desperta num mundo onde as palavras de outrem a rodeiam e onde logo de início ela não se destaca; a distinção entre nossas palavras e as do outro, entre os nossos pensamentos e os dos outros se realiza relativamente tarde. Quando começa o trabalho do pensamento independente

experimental e seletivo, antes de tudo ocorre uma separação da palavra persuasiva da palavra autoritária imposta e da massa das palavras indiferentes que não nos atingem (Bakhtin, 1993, p. 145).

Nessa perspectiva, Bakhtin e Volochinov reinterpretem as três formas tradicionais de discurso relatado descritas nas gramáticas do português.

O discurso indireto é concebido como um ato simultâneo de análise e de transposição do discurso alheio, que pode manifestar duas tendências:

1) O discurso indireto analisador do conteúdo que se preocupa exclusivamente com a apreensão do conteúdo temático. O discurso alheio é preservado na sua integridade semântica, despersonalizado no estilo e conservado à distância. Bakhtin e Volochinov descrevem que ele é encontrado nos contextos epistemológicos ou retóricos (ciência, filosofia, política etc.), nos quais o autor expõe a opinião do outro sobre determinado assunto, a fim de delimitá-la e opô-la a outras;

2) O discurso indireto analisador da expressão que integra, na maioria das vezes entre aspas, as palavras e o estilo do discurso alheio, a fim de caracterizar sua configuração subjetiva enquanto expressão. O discurso direto preparado pelo discurso indireto enquadra-se nesta tendência.

O discurso direto é descrito sob o prisma das "variantes nas quais se efetua uma troca de entoações, nas quais se constata um estágio recíproco entre o discurso narrativo e o discurso citado" (Bakhtin & Volochinov, 1992, p. 165). Aqui, descrevem-se também duas tendências:

1) Discurso direto preparado em que o contexto transmissor antecipa o conteúdo da citação entre aspas. Enquadram-se nesta tendência o discurso direto que emerge do indireto e o discurso direto que emerge do indireto livre;

2) Discurso direto esvaziado no qual o contexto transmissor caracteriza de tal forma o enunciador/personagem que suas palavras perdem sua força semântica, mas ganham na caracterização estilística.

Por fim, o discurso indireto livre configura uma amálgama entre dois discursos que se distinguem não pelo conteúdo semântico, mas pela entonação. É isso que faz com que determinados aspectos formais — a exclamação nos exemplos (3) e (5) — se constituam em marcas a serem preservadas nesse tipo de discurso. Essa análise manifesta a coerência da visão dialógica da linguagem, na qual a entoação valorativa é tema integrante.

ESTILO E NORMAS DE TRANSMISSÃO DO DISCURSO RELATADO NA IMPRENSA

Os veículos de informação impressos regulam suas práticas de linguagem com a ajuda de manuais que passaram, a partir do início da década de 1980 e, em maior escala, do início da de 1990, a circular além do âmbito das redações dos jornais. Através da sua venda em livrarias e da doação a assinantes, esse material tem se tornado objeto de consulta para estudantes e profissionais envolvidos com a redação de textos, no que diz respeito, sobretudo, às normas gramaticais escritas. Esses manuais interessam enquanto lugar de reprodução e de divulgação de uma imagem normativa da língua portuguesa, por meio da fixação de um padrão, e da influên-

cia dessa imagem para a utilização do discurso relatado. Nesse sentido, é revelador o excerto abaixo, retirado do manual do jornal *O Estado de S. Paulo*:

A missão de Eduardo Martins tem de ser cumprida em tempos difíceis, diante do grande estrago causado em atividades que dependem da Língua Portuguesa pelo longo período de trevas em que o ensino no País foi tragado pela falência da máquina pública. Hoje, fala-se e escreve-se pior que em gerações passadas. E as redações brasileiras não são nenhum oásis nesse deserto. Mas, se padecem da mesma síndrome que ataca nos exames para o vestibular e nos textos de telenovelas, as redações podem e devem se converter em sólidas trincheiras de defesa do conhecimento da língua. O Manual é uma afiada arma nessa guerra (Maranhão apud Martins, 1997, p. 6).

O fragmento foi selecionado como ilustrativo da manutenção de imagens dominantes da língua portuguesa. Esta é representada como um conjunto homogêneo e estável de formas no qual não há lugar para a variação, mas somente para desvios, vistos como corrupções que ameaçam a correção e a beleza da língua. Os processos sociais, políticos e históricos de fixação de um padrão culto da língua são ignorados em favor de uma concepção de língua original e pura. Com isso, os falantes tornam-se inimigos, porque mal preparados para o uso da sua própria língua materna. Nem sequer é mencionada a existência do padrão culto escrito, como o fazem muitas gramáticas normativas quando apresentam seus objetivos, uma vez que ele é visto como a única possibilidade de língua. Por meio de seus usos exemplares e de seus manuais, que se tornam instrumentos de ensino, os jornais assumem o lugar da escola e da gramática na missão de disseminar a verdadeira língua. Essa tarefa

ganha conotações de batalha no manual de *O Estado de S. Paulo*, que vê os desvios como ameaças que precisam ser combatidas.

A concepção de um padrão único da língua portuguesa nordestina, como veremos a seguir, o estabelecimento de normas para a tradução das declarações das fontes e a conseqüente homogeneização das formas da língua nos discursos diretos distribuídos nas diferentes rubricas e cadernos dos grandes jornais brasileiros.

A colocação em cena de discursos de envolvidos nos acontecimentos narrados, por meio do uso do discurso relatado, é um recurso produtor de um "efeito de veracidade" dos acontecimentos descritos pela imprensa. Em primeiro lugar, o discurso relatado funciona como testemunha autenticadora do relato jornalístico, como podemos ver nos seguintes trechos dos verbetes declarações textuais:

O texto conta uma história e usa a personagem para lhe dar veracidade. O leitor tenderá a confiar mais nas informações que lhe estão sendo transmitidas (não é só o repórter que está dizendo aquilo; outra pessoa está confirmando a informação) (Martins, 1997, p. 86).

Além de atestar as informações da imprensa, o discurso relatado mostra as suas fontes e revela o quanto o jornal descreve os acontecimentos a partir dos discursos daqueles que dele fizeram ou fazem parte. O processo de produção da notícia envolve, sobretudo, a busca dos relatos dos envolvidos nos fatos, uma vez que o jornalista dificilmente participa diretamente deles. A presença do discurso alheio produz não só o efeito de autenticidade das informações transmitidas pelos jornais, mas também revela que se trata de um discurso sobre outro discurso e não um discurso sobre o real.

No campo jornalístico, o discurso relatado pode funcionar como uma duplicação do real, uma vez que grande parte do notícia-

rio político se constitui de declarações de autoridades políticas, ou seja, a notícia está no discurso proferido. Conforme Genette:

Se a "imitação" verbal de acontecimentos não-verbais só é uma utopia ou ilusão, o "relato de falas" pode parecer, ao contrário, a priori, condenado a esta imitação absoluta que Sócrates demonstra a Crátilo que, se ela presidisse verdadeiramente à criação das palavras, ela faria da linguagem uma reduplicação do mundo: tudo seria duplo, sem que se pudesse distinguir onde está o objeto em si e onde está o nome (Genette, 1972, p. 189).

Obviamente, esse "efeito de transparência" do discurso relatado é largamente empregado pela imprensa, constituindo o seu papel de transmissora do real. Como a transmissão do discurso alheio assume diversas formas desde a narração das falas até o discurso direto, é neste último que o efeito reduplicador do mundo tem seu modelo de execução. Esta forma, em sua definição, pretende dar a ver o discurso do outro em sua integralidade, porém veja-mos o que dizem os manuais a esse respeito:

Na reprodução de declaração textual, seja fiel ao que foi dito, mas, se não for de relevância jornalística, elimine repetições de palavras ou expressões da linguagem oral: um, é, ah, né, tá, sabe? entende? viu? Para facilitar a leitura, pode-se suprimir trecho ou alterar a ordem do que foi dito — desde que respeitado o conteúdo (*Manual da redação, Folha de S.Paulo*, 2001, p. 39).

Embora as declarações entre aspas devam transcrever com fidelidade as palavras do entrevistado, adapte o texto às normas gramaticais, acerte as concordâncias, elimine as repetições muito frequentes e contorne os vícios de linguagem. A menos, claro, que haja alguma razão para se manter literalmente o texto (Martins, 1997, p. 87).

Esses trechos revelam dois aspectos do discurso direto na prática jornalística: o seu uso retórico e o papel normativo da língua da imprensa. No primeiro caso, o uso do discurso direto na imprensa aproxima-se da figura retórica do "pseudodiscurso direto" que visa aumentar o sentimento de presença, atribuindo ficticiamente palavras a uma pessoa. Na imprensa, essa presença tem por finalidade precípua persuadir da fidelidade do texto jornalístico aos discursos e fatos por ele veiculados. No segundo caso, em consonância com a preocupação normativa, o manual prescreve normas de "tradução" do discurso relatado, em que não há lugar para as expressões da oralidade. A gramática normativa sempre tomou como base de descrição os textos de grandes escritores da literatura, não se colocando como objeto a língua falada. Portanto, as "declarações textuais" na imprensa são adaptadas ao padrão escrito e às regras da norma culta.

Esse fato entra em contradição com o caráter da declaração textual que se propõe a tratar o discurso alheio como um objeto intocável e viola o acordo com o leitor de reprodução integral das declarações entre aspas.⁸ Essa violação conta, porém, com a visão corrente da igualdade entre oralidade e escrita, ou seja, o leitor vê a sua escrita como espelho da sua fala e, portanto, a tradução efetuada pelo jornal está em consonância com a concepção de fala dos leitores.

A noção de discurso direto enquanto *mimesis* da expressão e do conteúdo do discurso alheio já revela uma visão da escrita enquanto capaz de reproduzir todos os elementos de um ato de

8. Corroborando essa contradição está a definição de Rey-Debove (1978, p. 211) de discurso direto: "[...] as falas relatadas em estilo direto são exatamente relatadas: não somente não se submetem a nenhuma modificação em seus termos e ordem de termos, mas, além do mais, elas devem, em princípio, ser-lhes um ícone integral; isso implica pelo menos, para a reprodução oral, a entonação, e, para a reprodução escrita, as marcas supra-segmentais, pontuação, letras maiúsculas, tipografia etc., quando elas podem ser pertinentes para o sentido".

enunciação. Como vimos, o caráter mimético do discurso direto na imprensa é limitado pela conduta normativa da prática jornalística que se coloca como instância defensora da correção gramatical do idioma.

A TRANSMISSÃO DO DISCURSO ALHEIO NO GÊNERO REPORTAGEM

Entre os diversos gêneros do jornal impresso, a reportagem constituiu-se, conforme os próprios veículos de imprensa, na sua própria essência. Ao distinguir-se da notícia, sobretudo, pela extensão e profundidade, ela nos interessa, em especial, por formar-se das vozes dos atores sociais: "[...] a reportagem é por dever e método a soma das diferentes versões de um mesmo acontecimento" (Bahia, 1990, p. 50). Tal diversidade pode assumir perspectivas conflitantes, a serem selecionadas e organizadas pelo repórter: "Colha todas as versões que puder para o mesmo fato, confronte-as e, a partir daí, selecione as mais verossímeis. Se for absolutamente impossível optar por algumas delas, registre-as e mostre ao leitor os contrastes" (Martins, 1997, p. 255). Essas características fazem da reportagem um gênero privilegiado para a investigação da polifonia e da apreensão ativa do discurso alheio pelo jornal impresso. Para tanto, foram selecionadas três reportagens do jornal paulista *O Estado de S. Paulo*.⁹

Na primeira página do dia 27 de novembro de 2003, OESP traz uma chamada da reportagem da capa do caderno "Cidades".

9. Doravante, será utilizada a abreviatura OESP.

1ª página	
Título	Alckmin: Marta deveria pagar conta da Sabesp
Texto	O governador Geraldo Alckmin reagiu ontem às críticas da prefeita Marta Suplicy à Sabesp e disse: "Se a Prefeitura quer colaborar, pode começar a pagar os R\$ 253 milhões que deve pela água e pelo esgoto". Na véspera Marta havia sancionado lei que transfere para o município o planejamento e controle do saneamento.
Chapéu	Capa do caderno "Cidades"
Manchete	Alckmin cobra dívida da Prefeitura com Sabesp
Título auxiliar	Governador reage a críticas da prefeita: são R\$ 253 milhões por saneamento
Legendas das fotos	Foto de Alckmin: Alckmin destaca que é uma questão metropolitana e não municipal Foto de Marta: Marta, como Alckmin, diz que não quer bate-boca sobre o caso
Olho	Lei vai ser mesmo contestada na Justiça
Texto	Discurso Relatado
Alckmin	O governador Geraldo Alckmin (PSDB) disse ontem que a Prefeitura pode começar a ajudar a Sabesp pagando suas dívidas. "Se a Prefeitura quer colaborar, pode começar a pagar os R\$ 253 milhões que deve pelo consumo de água e serviço de esgoto." Na terça-feira, a prefeita Marta Suplicy (PT) sancionou uma lei que transfere ao Município o planejamento e controle do abastecimento de água da cidade. "É uma questão metropolitana, não se pode limitar ao município. Há mais de um século, o Estado é responsável pelo abastecimento de água e tratamento do esgoto. A Prefeitura nunca fez investimentos no setor", diz Alckmin.
Marta	Casa — A prefeita disse ontem que também não quer bate-boca mas que deseja participar das decisões da Sabesp. Ao saber da cobrança da dívida feita pelo governador, ela evitou polêmicas e comparou a questão à administração de uma casa. "A Prefeitura se sente como se fosse dona de uma casa que acolheu um hóspede que quer ajudar em alguns problemas, na arrumação da casa, nas compras de supermercado. De repente, o hóspede decide que só se come vegetais e não se come frango. Que o jantar é servido às 7 horas e quem chegar atrasado não come mais. E o dono da casa começa a achar que assim também não dá. Tem de sentar e conversar para resolver as coisas."
Modalização em Discurso Segundo	De acordo com parecer do professor de Direito da Universidade de São Paulo (USP) Eros Roberto Grau, solicitado pela Prefeitura, o artigo 30 da Constituição estipula que o poder concedente para serviços locais é o Município. Apesar de não falar sobre o saneamento, também não o exclui. Isso, segundo ele, leva a entender que a distribuição de água e tratamento de esgoto, dentro dos limites do Município, é competência municipal.
Parecer	

Embora não representem a totalidade das formas de transmissão do discurso alheio presentes na reportagem, os fragmentos acima são suficientes para caracterizar as vozes aí presentes. No conjunto textual, o repórter seleciona e organiza as posições conflitantes de dois políticos, apreendendo-as de forma valorativa em favor de uma delas. Fazamos o caminho inverso ao do leitor, ou seja, caminemos do texto interior para o título da chamada da primeira página, o que corresponde ao processo de produção jornalística.

O texto do caderno "Cidades" está organizado em três blocos, em razão das vozes e posições aí representadas: o primeiro contém a fala de Alckmin e assessores, o segundo a de Marta e assessores, e o terceiro, mais heterogêneo, apresenta o parecer de um jurista, a fala de assessores de Marta e finaliza com a fala de assessor de Alckmin. A apreensão do discurso alheio caracteriza-se pelo que Bakhtin chama de "discurso direto preparado". As vozes de Alckmin e de Marta são apreendidas, na maioria das vezes, por meio do discurso indireto que sintetiza o conteúdo do discurso direto que o segue. Aqui o discurso indireto mostra sua função de analisar e sintetizar o conteúdo semântico do discurso alheio, enquanto o discurso direto é responsável pela expressividade estilística da voz do outro. Essa parceria atende aos objetivos da reportagem jornalística que se legitima pela justa apreensão e transmissão de fatos/vozes que lhe são exteriores. Uma segunda forma de apreensão ocorre com o discurso direto de Alckmin que inicia um parágrafo sem contexto anterior que o prepare. Neste caso, o jornal produz um efeito máximo de transparência em relação às fontes, aos colocá-las expondo seus argumentos em estilo próprio. A terceira forma ocorre com a transmissão do parecer do jurista sob a forma da modalização em discurso segundo, a qual, na reportagem impressa, costuma ocorrer em contextos de transmissão de documentos oficiais escritos, criando não um efeito de distanciamento, mas de isenção,

pela transmissão do conteúdo documental. Portanto, o texto da reportagem constitui-se pela organização da transmissão de duas vozes em conflito: a do governador e a da prefeita.

O paratexto¹⁰ da reportagem — título, título auxiliar, fotos, legendas e olho — funciona como catalisador da atenção do leitor, que pode aí se deter em sua leitura. Torna-se, portanto, em espaço privilegiado de informação e de direção de sentidos. Título e título auxiliar sintetizam o conteúdo da fala do governador, seguindo a tendência do jornalismo impresso de transformar o relato de fala do texto em relato de acontecimento nos títulos. Com isso, a prefeita do município é apresentada negativamente como devedora. As fotos, elementos de grande atração, constroem imagens bastante diferenciadas dos políticos. Enquanto a foto do governador, de terno e expressão facial que denota segurança, firmeza e serenidade, produz um efeito de propriedade no exercício do poder público, a foto da prefeita, com dedos na boca, que mostra um sorriso provocador, pode produzir efeitos de descontração ou até de leviandade. As legendas dessas fotos são formadas por sínteses de falas dos políticos, ambas sob a forma do discurso indireto. A diferença marcante está no conteúdo: a legenda de Alckmin traz argumento convincente em favor de sua posição e a de Marta, a intenção de não provocar atritos, sem argumento em seu favor. O olho sintetiza fala de assessor de Alckmin. Os aspectos constituintes dos elementos paratextuais demonstram um posicionamento favorável do jornal em relação à posição do governador e uma desvalorização da prefeita, cujos argumentos serão conhecidos apenas se houver a leitura integral da reportagem.

10. A expressão "paratexto" foi cunhada por Genette (1987) para designar os elementos verbais ou não que acompanham um texto a fim de apresentá-lo, ao assegurar sua presença no mundo, sua recepção e seu consumo. Entre os elementos paratextuais, estão os títulos, as fotos, as ilustrações, a capa, o nome do autor, o prefácio, a epígrafe etc.

Por fim, a presença de chamada da primeira página, localizada na primeira coluna do canto inferior esquerdo, sinaliza a valorização da reportagem pelo jornal. Seu texto é uma síntese do primeiro parágrafo da reportagem do interior, contendo relato do discurso do governador contextualizado por informação sobre lei sancionada pela prefeitura. A porção em discurso direto corresponde ao mesmo discurso da reportagem do interior, mas com modificações que a sintetizam. A supressão de palavras em declaração textual revela os procedimentos jornalísticos que operam uma síntese analítica da fala das fontes, mesmo nas declarações entre aspas. Já o título manifesta o mesmo procedimento da reportagem do interior, ou seja, o discurso direto do texto transforma-se em uma forma em que as fronteiras entre o contexto transmissor e o discurso relatado estão imprecisas. A presença do tempo verbal do futuro do pretérito do indicativo, "deveria", marca a polifonia do título com a possibilidade de, pelo menos, dois efeitos de sentido: uma declaração de Alckmin sobre Marta, e um juízo de valor, assumido pelo próprio jornal, sobre a atitude a ser assumida pela prefeita. Aqui a voz do jornal se faz ouvir por meio da do governador.

A análise da relação entre texto e paratexto evidenciou que a reportagem não apaga a polifonia, mas a organiza de modo a produzir uma interpretação dos discursos das fontes. Essa interpretação se acentua em função da importância do espaço ocupado. A primeira página, enquanto lugar de maior destaque do jornal, e o paratexto da reportagem do caderno "Cidades" mostram a voz com a qual o jornal se identifica. O jogo texto/paratexto é eficaz na interpretação da fala das fontes sob a aparência da sua reprodução, produzindo, com isso, o efeito de veracidade da imprensa.

A polifonia em procedimentos de transmissão do discurso alheio pode se dar em reportagens publicadas em dias distintos,

mas relacionadas tematicamente, como ocorre nos textos analisados a seguir. Na primeira página do dia 9 de janeiro de 2004, OESP traz uma chamada de reportagem do caderno "Economia".

1ª página	Família já gasta mais com internet do que com feijão
Título	
Texto	O brasileiro gasta mais com internet e TV a cabo do que com arroz e feijão, conforme dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares da Fundação Getúlio Vargas. A queda da renda, o aumento das tarifas de serviços públicos e a oferta de novos serviços alteraram a estrutura do orçamento doméstico.
Discurso Relatado	

Chapéu	Economia/Conjuntura
Manchete	Gasto com internet ultrapassa arroz com feijão
Título auxiliar	Nova pesquisa de orçamento familiar da FGV revela mudanças nos hábitos de consumo
Legenda	A decoradora Maria Regina conta que reduziu, mas não cortou os gastos com TV a cabo e internet
Olho	Peso das tarifas é maior no orçamento
Discursos Relatados no texto	
Modalização em Discurso Segundo	Rio — O brasileiro já destina uma fatia maior do orçamento para gastos com internet e TV a cabo do que para a compra do tradicional feijão com arroz. A queda na renda, o aumento das tarifas acima da inflação e a oferta de novos serviços alteraram a composição do orçamento familiar. Avançou, também, o peso dos preços administrados (tarifas). E caiu a parcela das despesas com saúde e compra de veículos, conforme a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), divulgada ontem pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).
Relato seguido de Discurso Direto	A casa da decoradora Regina Maria Braga Ribeiro, de 54 anos, é um bom exemplo da tendência que vigorou nos últimos anos. No período, a família chegou a ter três pontos de TV por assinatura e dois computadores com acesso à internet, com linhas telefônicas distintas. O amplo acesso a novos serviços, entretanto, não resistiu à crise de 2003 e no segundo semestre os gastos em serviços, depois de crescerem muito, foram racionalizados. "Reduzimos, mas não cortamos, porque estes serviços já fazem parte de nossa vida. Não consigo me ver hoje sem TV a cabo", diz ela.

Assim como procedi na descrição analítica da reportagem do dia 27 de novembro de 2003, faremos o caminho inverso ao da leitura e começaremos pelo texto da reportagem. Duas vezes princi-

pais aparecem no texto, articuladas aos dados da pesquisa. A primeira é uma voz impessoal e institucionalizada identificada pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ela é incorporada e transmitida sob a forma da modalização em discurso segundo, forma preferida, na imprensa, para a transmissão de documentos, pareceres e pesquisas escritos. A impessoalidade dessa voz, aliada aos dados percentuais, cria forte efeito de objetividade e de veracidade dos dados fornecidos, os quais aparecem como destituídos de interpretação valorativa. No título auxiliar e na manchete da reportagem, essa alteridade é assimilada à voz do jornal sob a forma da divulgação de dados de pesquisa, ou seja, os elementos paratextuais englobam e assumem as informações da pesquisa, que passa a misturar-se à voz do jornal.

A segunda voz é de uma cidadã que funciona como exemplo das conclusões da pesquisa. A incorporação de sua voz é feita sob a forma do relato de acontecimento seguido de discurso direto — que Bakhtin e Volochinov chamam de discurso direto preparado —, o qual não acrescenta nova informação, mas apenas cria um efeito de autenticidade da narrativa jornalística em relação ao contexto imediatamente anterior. O discurso direto da cidadã transforma-se em discurso indireto na legenda da foto que acompanha a reportagem. A foto, que mostra a decoradora apoiada no monitor de um computador, dá imagem à voz do texto e suporta o tema da manchete.

Também neste caso, o movimento de transmissão da voz alheia no texto e na legenda caminha no sentido de sua incorporação, ou seja, o efeito de integridade estilística e temática do discurso direto no texto da reportagem transforma-se em uma forma analisadora do conteúdo na legenda, elemento paratextual. A impessoalidade e a generalidade dos dados da pesquisa ganham subjetividade e concreitude na voz e na foto da cidadã.

Na chamada da primeira página, essa posição permanece, ou seja, o texto traz os dados da pesquisa sob a forma da modalização em discurso segundo e o título incorpora a voz da pesquisa ao seu discurso ao transformá-lo em relato de dado do real. Aqui prevalece o efeito de objetividade, de generalidade e até mesmo de evidência inquestionável dos dados da pesquisa no contexto das famílias brasileiras.

Esses efeitos, porém, são contestados em reportagem do interior do caderno de "Economia" do dia 11 de janeiro de 2004. Com ela, outras vozes são apreendidas e evidenciam o processo de naturalização dos dados da pesquisa. É importante destacar que essa reportagem não tem o mesmo destaque da anterior, pois não possui chamada na primeira página.

Chapéu	Economia/Consumo
Manchete	Especialista critica pesquisa sobre gasto familiar
Título auxiliar	Para sociólogo, gastar mais com internet do que com arroz e feijão refere-se a brasileiro que não existe
Olho	Internet no país custa o dobro dos EUA
	Discursos Relatados no texto
Modalização em Discurso Segundo	Rio — O internauta brasileiro gasta mais do que o dobro do americano para ter acesso ao serviço, apesar da redução de 3,5% nos preços da internet no Brasil nos últimos dois anos, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor da FGV.
Discurso Direto seguido de Relato	"O maior gasto familiar para internet e TV a cabo do que para o arroz com feijão refere-se a um brasileiro médio que não existe", diz o sociólogo Bernard Sorj, autor do livro <i>Brasil.com</i> , criticando uma das principais conclusões da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), divulgada na semana passada pela Fundação Getúlio Vargas.
Modalização em Discurso Segundo	Nos Estados Unidos, onde 70% dos acessos ainda são feitos por telefone, o usuário paga uma taxa fixa mensal pelo serviço telefônico de cerca de US\$ 25, independentemente da quantidade de chamadas, segundo dados do Comitê para Democratização da Informação (CDI). O provedor de banda larga (internet de alta velocidade) custa em torno de US\$ 15. No Brasil, pelo serviço de alta velocidade, além do provedor específico (custo em torno de R\$ 65), exige-se um provedor de acesso (R\$ 30) e mais o aluguel do modem (R\$ 20).

Discurso Indireto seguido de Discurso Direto	O pesquisador Marcelo Nery, que coordenou, pela FGV, o Mapa da Exclusão Digital, divulgado em abril do ano passado, considera que um dado agregado como o divulgado pela Pesquisa de Orçamento Familiar, feita nas principais regiões metropolitanas com famílias com renda até 33 salários mínimos, junta dois brasis distintos. Citando a denominação de "Belíndia" para um país de realidades como a da rica Bélgica e a da pobre Índia, ele diz: "Nesse dado, belgas e indianos são colocados no mesmo saco". Nery destaca, no resultado da POF, um dos dados que considera mais marcantes: o aumento da parcela de alimentação no orçamento familiar, ao contrário das edições anteriores da pesquisa, que vinham mostrando redução desse item. "Nesta pesquisa, a tendência de queda de comprometimento com alimentação se inverteu. O peso da alimentação aumentou mesmo que pouco. Isso é consistente com o empobrecimento da população, com a queda de renda", comenta o pesquisador. Ele acrescenta, porém, que a taxa de acesso à internet continua em expansão, apesar da crise. "A sociedade brasileira está mais informatizada, sim, mas este acréscimo está ocorrendo de cima para baixo e não de forma democratizada", afirma.
---	--

O texto da reportagem é constituído, majoritariamente, pela organização dos dados de duas pesquisas (Índice de Preços ao Consumidor da FGV e do Comitê para Democratização da Informação) e dos discursos relatados de dois pesquisadores (o sociólogo Bernard Sorj e o pesquisador Marcelo Nery).

No caso das pesquisas, conforme já foi observado na reportagem anterior, a divulgação dos dados ocorre sob a forma da modalização em discurso segundo, forma privilegiada para a menção a documentos e informações escritas, criando os efeitos de objetividade e de isenção.

Já os discursos relatados dos dois pesquisadores trazem interpretações da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), divulgada dois dias antes, que apontam para outras leituras dos mesmos dados. A fala do sociólogo Bernard Sorj aparece sob a forma do discurso direto seguido de relato do jornal. Este interpreta sua fala como uma crítica e dá informações contextualizadoras. Com isso, o(s) repórter(es) coloca(m) em primeiro plano a fala da fonte, o que

é também marcado na estrutura do título auxiliar sob a forma da modalização em discurso segundo ("Para sociólogo, gastar mais...") e da manchete em discurso narrativizado ("Especialista critica pesquisa sobre gasto familiar"), distanciando-se das afirmações feitas, contrariamente ao que ocorreu nos títulos da reportagem de 9 de janeiro. A fala do pesquisador Marcelo Nery segue o padrão do discurso direto preparado, ao antecipar a identidade da fonte e o conteúdo de sua fala, servindo o discurso direto como criador de um efeito de objetividade, pela remissão a suas próprias palavras. Em ambos os casos, os pesquisadores criticam uma interpretação generalizante e desconstruem a aparente transparência dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF). Penso que essa evidência conta com a cumplicidade do leitor-alvo do jornal — constituído pelas classes média-alta e alta escolarizadas urbanas, mais próximas da realidade da Bélgica, tal como menciona Nery — que se vê representado na interpretação relatada na reportagem anterior.

As reportagens dos dias 9 e 11 de janeiro de 2003 mostram a presença da polifonia no jornal paulista OESP que apreende as vozes das fontes e as organiza de forma hierarquizada. Esse trabalho ocorre por meio dos seguintes recursos: presença ou ausência de chamada na primeira página; destaque de uma das vozes no paratexto (manchete, título, título auxiliar, foto, legenda, olho); forma de representação da fonte do discurso relatado em foto; e modo de apreensão do discurso alheio nos elementos paratextuais, como voz alheia, marcando distância, ou relato de acontecimento, quando o jornal se identifica e assume uma das vozes da reportagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A polifonia tem se constituído em conceito-chave à compreensão do discurso. Neste artigo, analisei a presença de diferentes enunciadores e enunciados por meio das formas de discurso relatado em textos da imprensa. Para tanto, busquei responder a duas questões suscitadas pelo texto de Brait (2003): primeira, a perspectiva de abordagem da polifonia nas formas do discurso relatado e, segunda, a constituição polifônica do jornal escrito.

A perspectiva dialógica da enunciação procedente dos trabalhos do círculo de Bakhtin permite abordar as formas de discurso relatado, ao mesmo tempo, sob os prismas da sua independência enunciativa e da sua apreensão/transmissão, ou seja, como o enunciador se relaciona com as vozes alheias e como ele as incorpora em seu discurso. Essa abordagem promove a compreensão das formas do discurso relatado, como manifestações do diálogo entre enunciador e vozes alheias, condicionadas pelas tendências sociais mais ou menos estáveis que propiciam ao enunciador calcular suas estratégias enunciativas em função do campo de circulação da linguagem (jornalístico, científico, literário etc.), do gênero do discurso (reportagem, artigo, romance etc.) e do co-enunciador. O que tenho observado em gêneros da imprensa brasileira é a tendência, no texto, para o "discurso direto preparado", sobretudo na forma do discurso direto que emerge do indireto ou do narrativizado, e, no paratexto (título, legenda, olho), a sua transformação em "discurso indireto analisador do conteúdo". A relação texto/paratexto produz o efeito de autenticidade do relato jornalístico, pois, por um lado, o jornal faz ouvir a sua voz por meio das fontes e, por outro, o leitor identifica a exterioridade das suas afirmações. O "discurso direto preparado" do texto, entretanto, apresenta características peculiares: o discurso das fontes, durante o processo de produção jornalística, é adaptado à

norma-padrão escrita do português e pode sofrer alterações estruturais, sem, com isso, perder seu efeito de fidelidade.

A análise do gênero reportagem mostrou que a polifonia é a própria essência desse gênero que se propõe a dar a ver as diferentes posições ou vozes sobre o tema abordado. Essas vozes, entretanto, são distintamente distribuídas e valorizadas pelo(s) repórter(es) nos diferentes espaços do jornal (primeira página, capa ou interior de caderno, paratexto, texto). Penso que o mesmo se dá no jornal como um todo, ou seja, a polifonia está intencionalmente representada, porém as vozes das fontes não se encontram em pé de igualdade. Há vozes mais e menos valorizadas, em razão, sobretudo, da identidade ou do distanciamento da linha editorial do jornal. A percepção desses procedimentos é fundamental para que o leitor identifique a linha argumentativa, julgue as posições em conflito e assumam, com independência, uma posição pessoal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUTHIER-REVUZ, J. "Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso". In: _____. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, pp. 11-80 (Original francês, 1982).
- _____. "Observações no campo do discurso relatado". In: _____. *Palavras incertas. As não-coincidências do dizer*. Trad. E. P. Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1998, pp. 133-64 (Original francês, 1993).
- _____. "Observações sobre a categoria da 'ilha textual'". In: _____. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, pp. 191-215 (Original francês, 1996).
- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica 2. As técnicas do jornalismo*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail. "O discurso no romance". In: _____. *Questões de literatura e de estética. A teoria do romance*. 3. ed. Trad. Aurora Fornoni Bernadini et al. São Paulo: Hucitec, 1993 (Original russo, 1934-35).
- _____. & VOLOCHINOV, Valentin. *Marcismo e filosofia da linguagem*. 6. ed. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1992 (Original russo, 1929).
- BRAIT, Beth. "As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso". In: BARROS, Diana Luz Pessoa de & FIORIN, José Luiz. *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 2003, pp. 11-27 (1. ed. 1994).
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 11. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação. As categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 1996.